

PORtugal DIPLOMÁTICO



Visita de João Lourenço a Portugal

Tarifas Norte-Americanas

Entrevista a Joana Gaspar

XII^a EDIÇÃO

Julho 2025



0 35545 62336 78 1

Índice

MÊS DO MNE

Participação no “Legislators Dialogue”.....	pág. 2
50 Anos da Independência de São Tomé e Príncipe.....	pág. 2
Conselho de Negócios Estrangeiros em Bruxelas	pág. 3
Visita à Guiné-Bissau e Conselho de Ministros da CPLP.....	pág. 3
Encontro com Nasser Bourita.....	pág. 5
Visita a Nova Iorque.....	pág. 5

NOTÍCIAS NACIONAIS

50 Anos da Independência de Cabo Verde.....	pág. 6
Visita de João Lourenço a Portugal.....	pág. 8

ENTREVISTA A JOANA GASPAR..... pág.10

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Tarifas Norte-Americanas.....	pág. 15
Macron de visita ao Reino Unido: entre conversas sérias e jantares da realeza.....	pág. 20

CONFLITO CLARIFICADO

Guerra comercial Estados Unidos -China.....	pág.23
---	--------

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

O mês do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, iniciou-se com a participação do mesmo no evento “Legislators Dialogue” da FLAD. O MNE também acompanhou o Presidente da República às comemorações dos 50 anos de independência de Cabo Verde (que será descrita mais a fundo na notícia seguinte) e de São Tomé e Príncipe. A meio do mês, o ministro participou no Conselho de Negócios Estrangeiros da UE e realizou outra visita, desta a vez à Guiné-Bissau, no âmbito do Conselho de Ministros da CPLP. O mês terminou com um encontro com o seu homólogo marroquino, Nasser Bourita, e depois com uma ida a Nova Iorque.

Participação no “Legislators Dialogue”

Anualmente, a Fundação Luso-Americanana para o Desenvolvimento (FLAD) realiza o evento “Legislators Dialogue”, que reúne legisladores luso-americanos ou de ascendência portuguesa eleitos a nível federal e estadual de ambos os partidos.

Este ano, o evento teve lugar nos dias 30 de Junho e 1 de Julho, sendo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve presente neste último e onde interveio na sessão. Ademais, o Ministro ainda recebeu, enquanto gesto simbólico, a resolução original da Câmara dos Representantes dos EUA a reconhecer o trabalho da FLAD enquanto organização que contribui para o fomento das relações entre os países dos dois lados do Atlântico. Para além do MNE, estiveram ainda presentes o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o Administrador Executivo da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha.



Paulo Rangel recebe o original da resolução da Câmara dos Representantes (fonte: FLAD)

50 Anos da Independência de São Tomé e Príncipe

Nos dias 11 e 12 de Julho, Paulo Rangel acompanhou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, nas comemorações do 50º aniversário da independência de São Tomé e Príncipe.

A visita, realizada a convite do Presidente de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova, permite reforçar os laços entre os dois países e que, segundo Marcelo Rebelo de Sousa, “Portugal esteve em força”, uma vez que o mesmo ainda se fez acompanhar pela atual Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Ana Isabel Xavier, e de sete elementos das bancadas parlamentares da Assembleia da República.

As celebrações iniciaram-se no dia 11 de Julho, com a chegada da Tocha da Independência, um ritual do país que marca a efeméride. No dia seguinte (12), as comemorações continuaram na Praça da Independência, onde discursou o Presidente da República, ao qual se seguiu o desfile militar e o desfile cultural. Paulo Rangel, nesta ocasião encontrou-se com os representantes dos países amigos de São Tomé e Príncipe e ainda com membros da comunidade portuguesa no país.

Conselho de Negócios Estrangeiros

Precisamente a meio do mês (15), o MNE dirigiu-se a Bruxelas para participar no Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

Entre os temas debatidos no conselho estiveram o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, bem como a situação no Médio Oriente, desta vez com destaque para o Irão e a questão do nuclear.

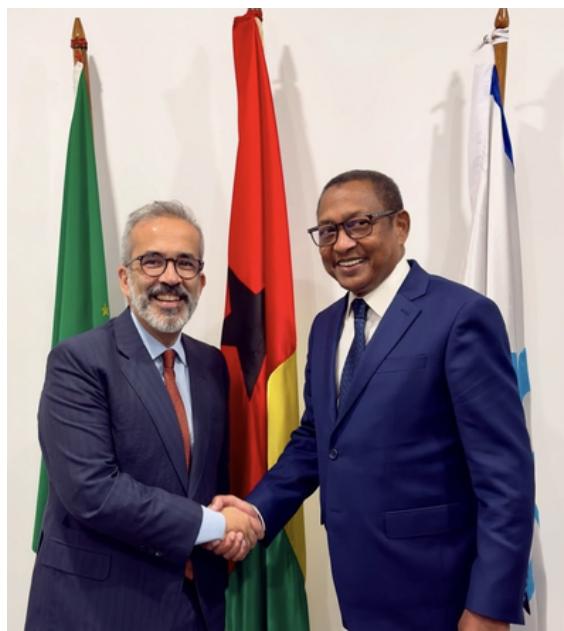
O Conselho também se debruçou sobre o Estado de Direito na Geórgia, com destaque para a resposta a dar face à repressão das autoridades do país e a iniciativas de apoio à sociedade civil e meios de comunicação independente. Simultaneamente foi debatido o Novo Pacto para o Mediterrâneo e ainda o processo de reforma da União para o Mediterrâneo, uma organização que incorpora a UE, países do Norte de África e do Médio Oriente.

Visita à Guiné-Bissau e Conselho de Ministros da CPLP

No dia seguinte ao Conselho de Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel já se encontrava num continente e num fuso horário diferente, pois entre os dias 16 e 17 deslocou-se à Guiné-Bissau, no âmbito do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No primeiro dia, logo pela manhã, Paulo Rangel encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e Comunidades da Guiné-Bissau, Carlos Pinto Pereira. Da parte da tarde, o Ministro visitou a Escola Portuguesa da Guiné-Bissau, as instalações da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) e a Casa dos Direitos. O dia terminou com uma cerimónia evocativa dos 30 anos do Centro Cultural Português de Bissau.

No segundo dia, Paulo Rangel participou no Conselho de Ministros da CPLP, sob o lema “A CPLP e a Soberania Alimentar: um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável”. Outros



Paulo Rangel com o seu homólogo Carlos Pinto Pereira (fonte: MNE)

temas que constaram na agenda da cimeira foram a mobilidade, especialmente após as novas regras a implementar em Portugal, e a cooperação económica entre os vários Estados. No final da cimeira, os chefes de Estado e de Governo assinaram o Acordo de Bissau, no qual se comprometem a promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a "elevar as realizações da CPLP em todas as áreas". Quanto ao tema da cimeira, reconhecem que a "promoção da soberania alimentar" deve permanecer agora como prioridade da agenda internacional e da CPLP.

Esta cimeira contou com vários impasses, momentos de tensão e polémicas. Primeiro de tudo, a atual situação política na Guiné-Bissau encontra-se num alto nível de incerteza. O Presidente vigente, Umaro Sissoco Embaló, permanece no cargo, apesar da data de término do seu mandato ter ocorrido em Fevereiro deste ano, tendo o mesmo dissolvido o parlamento de forma inconstitucional e ter assumido o controlo indireto do poder judicial. Por outro lado, diversos chefes de Estado, como Marcelo Rebelo de Sousa, ou os Presidentes do Brasil e de Angola, Lula da Silva e João Lourenço, respetivamente, enfraquece a importância da cimeira. Por outro lado, a decisão de Portugal de opor-se à inclusão do direito à alimentação na Palestina, criou descontentamento a nível nacional. A delegação portuguesa justificou a sua decisão no facto de tentar evitar declarações políticas.

A deslocação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros terminou com uma visita ao Hospital Militar de Bissau. Paulo Rangel afirmou que "a saúde pública é (...), em particular em países em desenvolvimento, o instrumento mais importante de saúde, porque destina-se essencialmente à prevenção da doença e que pode evitar a fase mais problemática do tratamento". Nesse sentido, adiantou ainda "Uma ideia portuguesa que vai para a frente é a criação de uma licenciatura em saúde pública com uma base comum em todos os países de expressão portuguesa".



Foto de família dos representantes dos Estados-membros da CPLP (fonte: Forbes Portugal)

Encontro com Nasser Bourita

De regresso a Portugal, Paulo Rangel encontrou-se com o seu homólogo marroquino, Nasser Bourita, no dia 22, no Palácio das Necessidades.

Deste encontro resultou uma declaração conjunta entre os dois países, que versa principalmente nas relações bilaterais nas mais diversas áreas desde a cooperação internacional até à pesca e agricultura, passando pela questão do Saara ou as energias renováveis.



Nasser Bourita (à esquerda) e Paulo Rangel (à direita) (fonte: MNE)

Visita a Nova Iorque

O mês do MNE concluiu com uma ida a Nova Iorque, com destaque para a Organização das Nações Unidas, entre os dias 28 e 29.



Paulo Rangel discursa na ONU (fonte: MNE)

O principal ponto da agenda do Ministro foi a participação na Conferência de Alto-Nível para a implementação da Solução dos Dois Estados. No seu discurso, Paulo Rangel afirmou que “a paz e a estabilidade no Médio Oriente permanecerão uma miragem enquanto os palestinianos virem negado o seu direito fundamental a um Estado viável e soberano”, acrescentando que “não há justificação para a fome e o massacre

desumano de civis, incluindo crianças”. No final desta conferência, Portugal, ao lado de outros 14 Estados, assinou uma declaração conjunta abrindo portas ao reconhecimento da Palestina enquanto Estado.

Durante estes dois dias, o MNE manteve diversos encontros bilaterais, entre eles o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, o seu homólogo brasileiro, Mauro Vieira, ou o Primeiro-Ministro da Autoridade Palestiniana, Mohammad Mustafa.

50 Anos da Independência de Cabo Verde

Por Dario Vargas

No passado dia 5, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, acompanhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Rangel, realizaram uma visita de Estado a Cabo Verde com vista a participar nas comemorações dos 50 anos de independência do país.

Os dignitários portugueses estiveram presentes a uma Sessão Solene na Assembleia Nacional de Cabo Verde, o parlamento desse país, onde intervieram os partidos com assento parlamentar bem como o Presidente de Cabo-Verde, José Maria Neves. Este evento foi seguido por um desfile realizado pelas forças armadas cabo-verdianas e membros da sociedade civil, que Paulo Rangel elogiou como “um elemento forte de convivência com as populações”.



Ministro de Negócios Estrangeiros português Paulo Rangel (centro) cumprimenta o Presidente de Cabo Verde, Jorge Maria Neves, durante as comemorações dos 50 anos da independência desse país (Fonte: Elton Monteiro/Lusa)

Após o desfile, o presidente e o ministro assistiram uma Sessão Evocativa do Cinquentenário da Independência de Cabo Verde, onde Marcelo Rebelo de Sousa discursou. O presidente português louvou Portugal e Cabo Verde como “plataformas de diálogo constante entre oceanos, povos, culturas” e referiu a proximidade das relações entre os dois países, afirmando que “como esta relação, não há”, manifestando-se também impressionado pelas celebrações que observou, que caracterizou como “única e inesquecível”. No final da visita, os oficiais portugueses deslocaram-se para os jardins do Palácio Presidencial para observarem uma receção

oficial oferecida pelo presidente cabo-verdiano. Após este evento, Paulo Rangel, numa mensagem de parabéns ao país, referiu Cabo Verde “como um caso de sucesso” com uma “ligação fraterna, profunda” e “de raiz” a Portugal.

Em paralelo às celebrações oficiais ocorreu um programa de atividades culturais que se prolongaram até dia 13 e incluíram espetáculos musicais, mostras de cinema, entre outros eventos.

Cabo Verde, que esteve sob administração colonial portuguesa entre 1462 e 1975, declarou a sua independência a 5 de julho de 1975 após o fim do Estado Novo e da Guerra Colonial. Durante o conflito colonial, o movimento independentista cabo-verdiano juntou-se aos seus homólogos em Guiné-Bissau, formando o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que viria a representar o país nas negociações de paz com Portugal.

Atualmente, Cabo-Verde mantém relações económicas e diplomáticas próximas com Portugal, sendo ambos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Portugal sendo tradicionalmente um dos principais parceiros económicos no país, com uma elevada presença empresarial no país.

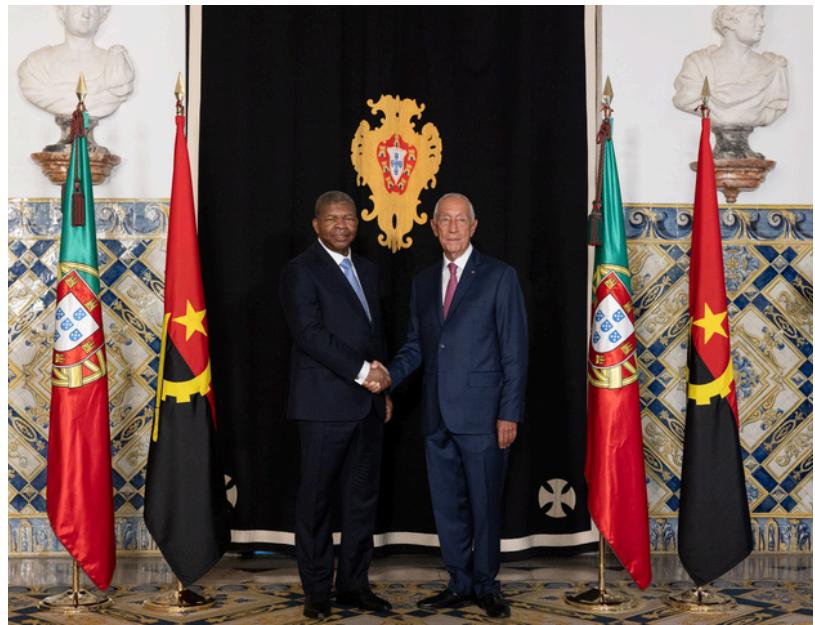
Visita de João Lourenço a Portugal

Por Bruno Oliveira

Nos dias 25 e 26 de Julho, o atual Presidente de Angola, João Lourenço, realizou uma visita de Estado a Portugal, em plena discussão sobre as recentes alterações à lei de estrangeiros.

A visita iniciou-se com uma recessão por parte do Presidente português na sua residência oficial em Belém.

Da parte da tarde, João Lourenço encontrou-se com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Do encontro das delegações de ambos os países resultaram 11 acordos, entre eles um protocolo de cooperação entre a AICEP Global Parques e a ARCCA e a AIPEX no que toca ao investimento privado. Luís Montenegro ainda anunciou o reforço da linha de crédito para as empresas portuguesas que investirem em Portugal, num total de 750 milhões de euros, significando um aumento de 62,5% face a 2023. Foram ainda assinados acordos nas mais diversas áreas: um memorando de entendimento entre a Agência Nacional de transportes Terrestres (ANTT) e IP Engenharia (IPE) — Grupo Infraestruturas de Portugal; um protocolo de Cooperação entre o Serviço de Proteção Civil e Bombeiros da República de Angola e a Autoridade Nacional de Emergências e Proteção Civil de Portugal; um protocolo de Parceria entre o Ministério do Interior de Angola e o Camões — Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa para a Implementação do Programa de Cooperação Técnico—Policial e Proteção Civil, para o biénio 2025-2026.



Encontro entre João Lourenço (à esquerda) e Marcelo Rebelo de Sousa (à direita) (fonte: Presidência da República)

Ainda da parte da tarde, João Lourenço encontrou-se com empresários portugueses e visitou a Assembleia da República, onde reuniu com o respetivo Presidente, José Aguiar Branco, e com os grupos parlamentares. De seguida reuniu-se, na qualidade de presidente em exercício da União Africana, com o Grupo de Embaixadores Africanos acreditados em Lisboa. O dia terminou com um jantar no Palácio das Necessidades.



*Encontro de João Lourenço com Luís Montenegro
(foto: Governo)*

O segundo e último dia da visita do Presidente angolano ficou marcado pela sua participação no EuroAfrican Forum 2025, tendo discursado no painel “Diálogo entre Presidentes”, encerrando assim o evento, que decorreu na Nova SBE, em Carcavelos, Cascais, por iniciativa do Conselho da Diáspora Portuguesa. Na edição deste ano discursaram ainda Paulo Rangel, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, e Durão Barroso, antigo Primeiro-Ministro de Portugal e antigo Presidente da Comissão Europeia, entre outros profissionais dos dois continentes nas mais variadas áreas.



Painel com João Lourenço e Marcelo Rebelo de Sousa no Fórum Euro Africa 2025 (fonte: Presidência da República)

Entrevista a Joana Gaspar

A entrevista deste mês é com Joana Gaspar, diplomata e atual administradora da Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal (AICEP). Em 28 anos de carreira, Joana Gaspar já assumiu diversos cargos entre eles o de Cônsul-geral de Portugal em Londres (2014-2018), Chefe da Divisão NATO na Direção de Serviços de Segurança e Defesa (2021-2022) e Coordenadora do Centro de Estudos e Análise Estratégica do Instituto Diplomático (2022-2024). Antes disso, pertenceu à Equipa de Negociação do Tratado de Lisboa na Direção das Instituições Europeias (2005-2006), foi Adjunta do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas (2006-2008), Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (2008-2011) e Chefe da Divisão de Proteção Consular da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas (2011-2014). Joana Gaspar presidiu ainda à Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.



Joana Gaspar

Primeiro de tudo queria agradecer a sua disponibilidade para a entrevista. Gostaria de perguntar primeiro qual foi a sua motivação para entrar na carreira diplomática?

Inicialmente, pode parecer peculiar para a geração atual, mas, de facto, também partilhei de um idealismo juvenil. A minha motivação primordial residia em contribuir para um impacto positivo no mundo. A escolha do curso de Relações Internacionais ocorreu de forma bastante natural, impulsionada por um profundo interesse em

questões globais, em diversas culturas, e na promoção da compreensão mútua. Sentia uma vocação inata e uma aptidão natural, decorrente da minha personalidade, para atuar como ponte entre diferentes culturas e fomentar uma melhor compreensão. Acreditava firmemente que a minha motivação se centrava na capacidade de fazer a diferença para aprimorar a compreensão entre os diversos povos do mundo, um anseio que, aliás, também é partilhado pela juventude atual.

Mas depois, ao longo do tempo, não ficamos mais um pouco realistas?

Com o tempo, a nossa perspetiva tende a tornar-se mais realista. Os nossos objetivos evoluem de aspirações grandiosas como a instauração da paz global, para a concretização de pequenas parcelas de entendimento ao nosso alcance. Isso significa que, em reuniões ou interações diárias, somos capazes de fomentar o diálogo e contribuir para uma maior aproximação e compreensão mútua, mesmo que seja entre colegas de trabalho. É importante sublinhar que esta contribuição não se restringe unicamente ao cenário internacional. Ao nosso nível, cada esforço para promover a harmonia representa uma parcela significativa na construção de uma compreensão global mais abrangente.

Continuando no seu percurso, foi Cônsul-Geral no Reino Unido, em Londres, entre 2014 e 2018. Quais é que são as funções de um Cônsul-Geral?

A posição de Cônsul-Geral foi particularmente gratificante, por proporcionar uma proximidade direta com os cidadãos e a capacidade de observar um impacto tangível na vida das pessoas diariamente. Em contraste com outras funções, onde os resultados do trabalho são muitas vezes indiretos, como a discussão de relatórios ou comunicados, a atuação consular permite uma intervenção direta na melhoria da vida dos indivíduos.

Um Consulado-Geral, presente em locais com grandes comunidades portuguesas, funciona como uma "Loja do Cidadão" de Portugal no estrangeiro. A sua principal missão reside na resolução de questões administrativas, como a emissão de documentos de identificação (cartão de cidadão, passaporte), registo de nascimentos, casamentos e óbitos. Embora esta faceta administrativa possa parecer menos cativante do ponto de vista da política internacional, a sua relevância para a vida dos cidadãos é inquestionável, ao facilitar momentos cruciais na vida das famílias.

Para além do apoio administrativo, os consulados desempenham um papel social crucial ao lidar com os desafios enfrentados pelas comunidades portuguesas no estrangeiro. Isso inclui o acompanhamento de cidadãos detidos, garantindo o cumprimento dos seus direitos, e a assistência em questões laborais, especialmente para aqueles que não dominam a língua ou a legislação local.

A experiência como Cônsul-Geral em Londres, entre 2014 e 2018, foi marcada por desafios significativos. O período do Brexit exigiu um esforço intensivo para informar e auxiliar as comunidades portuguesas sobre os procedimentos de legalização e os seus direitos e deveres. Adicionalmente, os atentados terroristas de 2017 em Londres, embora sem vítimas portuguesas, geraram considerável inquietação e insegurança, demandando uma resposta atenta do consulado. A função consular abrange, ainda, componentes económicas e culturais, representando Portugal na comunidade local.

E de insegurança também. Para além do Brexit e dos atentados, quais é que foram os outros desafios que o consulado enfrentou?

O Brexit gerou, de facto, considerável intranquilidade. Verificou-se que a comunidade portuguesa em Inglaterra tende a desenvolver um modo de vida autossuficiente, concentrado em enclaves como o "Little Portugal" em Londres. Nestes locais, os portugueses podem suprir as suas necessidades diárias, desde a alimentação à saúde, sem a necessidade imperativa de interagir com as autoridades britânicas ou o ambiente envolvente.

Tornou-se, por conseguinte, crucial o contacto direto com estes grupos para fornecer informações, esclarecimentos e, frequentemente, serviços de tradução. Apesar de

dominarem o inglês coloquial, muitos cidadãos enfrentavam dificuldades na compreensão da linguagem oficial e dos procedimentos necessários para a sua legalização.

Adicionalmente, esta vulnerabilidade, seja pela barreira linguística ou pela complexidade processual, pode expô-los a abusos por parte de indivíduos mal-intencionados. O consulado testemunhou casos em que se cobravam centenas de libras por agendamentos que, na realidade, são gratuitos. Assim, a prevenção desses abusos constituiu um desafio significativo para a instituição.

E em 2022, assumiu as funções de Presidente da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses. Queria perguntar o que é que a levou a querer assumir esse cargo e qual é o papel da Associação Sindical na defesa dos interesses dos nossos diplomatas?

A Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, embora não se designe formalmente como sindicato, representa os interesses de uma carreira de soberania, análoga às funções militar e judicial. Esta carreira possui características e um estatuto próprio que a distinguem da função pública comum, abarcando regras específicas de progressão, colocação no estrangeiro, avaliação de desempenho e tabelas salariais.

A motivação para uma revisão estatutária surgiu face à estagnação salarial de 28 anos (desde 1998) e à consequente perda de atratividade da carreira diplomática. A ausência de atualização era desproporcional às profundas mudanças no cenário global, no mercado de trabalho e no custo de vida.

O processo de revisão, que contou com a ampla participação de diplomatas de todas as gerações, visou modernizar a carreira para o século XXI, tornando-a novamente apelativa aos melhores talentos. Reconhecendo que as funções diplomáticas, embora essenciais, são hoje exercidas de forma diferente devido aos avanços tecnológicos, a aprovação do novo estatuto da carreira diplomática foi um marco crucial. Este novo enquadramento reflete as necessidades contemporâneas da diplomacia, garantindo que Portugal continue a ser representado por uma carreira de elite, altamente preparada para defender os interesses nacionais no estrangeiro.

O que foi uma vitória.

Sim. A aprovação do novo estatuto representou um esforço considerável. O processo de negociação iniciou-se sob a tutela do Ministro João Cravinho, com quem se alcançaram progressos significativos na elaboração das diversas disposições do articulado. Contudo, a sua conclusão e aprovação final foram concretizadas com o Ministro Paulo Rangel, a quem se deve reconhecer a visão estratégica para a modernização da carreira diplomática. A sua intervenção foi crucial para sensibilizar o governo e a Assembleia da República para a imperatividade desta atualização.

No ano passado assumiu um novo cargo, aqui na AICEP, onde nos encontramos. O que é que é a AICEP, quais é que são as funções para dar a conhecer esta literacia diplomática e económica, por assim dizer?

A AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) atua como o instrumento fulcral da diplomacia económica de Portugal, desempenhando duas missões essenciais para o desenvolvimento do país.

Em primeiro lugar, a AICEP apoia a internacionalização das empresas portuguesas, facilitando a expansão dos seus mercados para produtos e serviços. Reconhecendo que a maioria das empresas nacionais são pequenas e médias, a Agência fornece inteligência de mercado, identificando oportunidades e desafios, e através da sua rede de delegados (que são também conselheiros económicos e comerciais junto das embaixadas), oferece apoio direto às empresas que buscam entrar em novos mercados.

A segunda missão fundamental da AICEP é a captação de investimento estrangeiro produtivo para Portugal. Atuando como um "One Stop Shop" para investidores internacionais, a Agência assiste em todas as fases do processo, desde a escolha da localização estratégica até a identificação de talentos especializados em universidades. A AICEP foca-se em investimentos de grande escala, superiores a 25 milhões de euros, que contribuem significativamente para a economia nacional, com a criação de postos de trabalho. A sua eficácia é evidenciada pela tendência de reinvestimento por parte dos grandes investidores atraídos para Portugal, o que demonstra a sua satisfação.



Joana Gaspar

Ambas as missões são executadas em estreita articulação com as embaixadas e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, sublinhando a interdependência entre as relações políticas e económicas no fomento dos interesses de Portugal no cenário global.

Como é que podemos atrair mais investimento direto estrangeiro para Portugal e de que maneira é que é realizada a cooperação entre a AICEP, neste caso as suas delegações, e as embaixadas?

A atração de investimento para Portugal baseia-se numa realidade económica que, por experiência pessoal, reconheço ser muitas vezes subestimada. Ao chegar à AICEP, apercebi-me que a minha percepção de Portugal era antiquada. Atualmente, o tecido empresarial português é predominantemente constituído por startups, economia digital, cibersegurança, desenvolvimento de software e engenharia.

Um exemplo ilustrativo é o setor têxtil, que não desapareceu com a globalização, mas sim se reinventou. Deixámos de produzir peças básicas, como t-shirts da Zara (agora fabricadas no Vietname), para nos especializarmos em produtos de alto valor acrescentado tecnológico, como tecidos para fatos de astronautas, materiais para desportistas de alta competição e tecidos para paraquedas. Esta transformação é fruto de uma forte integração entre laboratórios, universidades, centros de inovação tecnológica e empresas.

Para além desta sinergia, o talento português é um dos nossos maiores ativos. Apesar das queixas comuns, Portugal destaca-se na Europa pela capacidade linguística (com elevado domínio do inglês) e pela qualidade das suas universidades na formação de engenheiros informáticos, matemáticos e eletrónicos.

Estes fatores, aliados à segurança e estabilidade do país, a baixos riscos de cibersegurança, à qualidade de vida e ao posicionamento estratégico, tornam Portugal um destino atraente para investimentos em alta tecnologia, como centros de dados e centros de desenvolvimento tecnológico de grandes empresas. Não procuramos indústrias que dependam de mão de obra barata, mas sim investimentos que valorizem o talento altamente qualificado que, apesar da "fuga de cérebros", continua a ser procurado em Portugal.

Como é que isso se faz?

Como atraímos investimento? Divulgamos a visão moderna de Portugal, um retrato que desafia percepções desatualizadas. Muitos ainda desconhecem a economia dinâmica e o vibrante tecido empresarial português atual. É precisamente este o papel dos delegados da AICEP e das embaixadas: apresentar no estrangeiro o Portugal de hoje — um país com um setor industrial e tecnológico avançado, que vai muito além do sol, vinho do Porto e gastronomia. Revelamos uma faceta que a maioria ainda não conhece.

Como é que nós podemos interligar a nossa diplomacia económica com, neste caso, a diplomacia científica, que também já abordámos aqui, mas também com a cultural, porque, por exemplo, na televisão, de vez em quando, aparece a participação de Portugal numa feira do livro, na Alemanha, na América Latina, e, portanto, é muito interessante, porque a AICEP deve, claramente, ter um papel a desempenhar nestas três áreas.

É inegável que a cultura impulsiona significativamente a economia. Um exemplo contemporâneo desta simbiose é a participação de Portugal na Expo Osaka, uma exposição universal no Japão, onde a AICEP organiza a presença portuguesa. O

Pavilhão de Portugal na Expo Osaka integra uma forte componente cultural, através da apresentação de artistas, designers e arquitetos, e a própria arquitetura do pavilhão evoca a história e a cultura marítima portuguesa.

O tema central da nossa participação, os oceanos, ilustra como a imagem, a marca e a cultura podem promover as empresas, a tecnologia e a ciência portuguesas. Esta abordagem holística permite demonstrar a expertise de Portugal na economia azul, no desenvolvimento científico da exploração marinha, na robótica, e na defesa da proteção das zonas marinhas. Este esforço articulado reflete a nossa visão global, o compromisso com a preservação ambiental e a nossa atuação no multilateralismo.

A promoção cultural estende-se também a iniciativas como as Feiras do Livro, que possuem uma dimensão económica relevante. A interconexão entre estas esferas é crucial; tal como o soft power de uma nação influencia a sua projeção, uma percepção positiva de um país – baseada na sua gastronomia, cultura, língua, literatura ou música – gera uma maior afinidade por outros produtos e serviços associados a essa marca. Portugal, historicamente, demonstra uma projeção global que transcende a sua dimensão geográfica, um legado que continuamos a consolidar através destas iniciativas integradas.

E passando para um tema assim um pouco diferente, eu queria perguntar o que é que pensa que ser necessário fazer para promover a igualdade de género, um outro aspeto importantíssimo na carreira diplomática.

A questão da igualdade de género na carreira diplomática é pertinente, embora ainda sem uma resposta definitiva sobre a diminuição do interesse feminino. Observa-se que, apesar de um número equitativo de candidatas e candidatos nos concursos iniciais, há um decréscimo progressivo de mulheres nas fases subsequentes de seleção. Esta tendência é surpreendente, considerando o histórico de melhor desempenho académico feminino.

Um estudo encomendado pelo Ministro João Cravinho buscou entender as causas – seja o formato das provas ou o próprio interesse – mas as conclusões ainda não são conclusivas. Permanece por esclarecer se existe um fator específico que leva as mulheres a desistirem ou a terem classificações mais baixas nas provas de seleção, que são de natureza académica, semelhantes às universitárias.

Acredito que, do ponto de vista feminino, a compatibilização entre a vida pessoal e profissional



Joana Gaspar

continua a ser uma preocupação mais acentuada. Embora se observe uma crescente valorização deste equilíbrio também por parte dos homens, a percepção de uma mulher em relação aos longos períodos no estrangeiro e à necessidade de conciliar a carreira internacional com a de um parceiro pode ser mais pessimista ou restritiva do que a de um homem, que tende a ver o futuro com maior flexibilidade.

O novo Estatuto da Carreira Diplomática já tem medidas que levam isso em conta e, portanto, eu espero que com a sua aplicação isso progressivamente venha a ser matizado e que consigamos atrair novamente mais mulheres para a carreira diplomática.

Para terminar a entrevista, que conselhos ou dicas tem, não só para as mulheres, mas também no geral, para quem quer seguir a carreira diplomática?

Para quem considera a carreira diplomática, o meu principal conselho é experimentar. Muitas vezes, a visão que temos da diplomacia — viajar o mundo, trabalhar em diferentes continentes — difere da realidade. É crucial testar essa vocação. O Ministério dos Negócios Estrangeiros oferece os programas de Estágios Curriculares (PEC) e Estágios Profissionais (PEPAC), que são excelentes oportunidades para avaliar a adaptabilidade e o interesse por esta vida.

Aconselho cultivar a flexibilidade e a manutenção de expectativas realistas. Pessoalmente, não escolheria outra carreira. A diplomacia é espetacular pela diversidade de funções que oferece ao longo da vida. Ao contrário de uma consultora ou um banco, onde a especialização é a norma, a carreira diplomática permite alternar entre geografias, áreas culturais, diplomacia económica (como na AICEP), funções consulares ou contextos multilaterais, como a discussão de igualdade de género ou ambiente. Esta constante mudança e a oportunidade de aprender algo novo, mesmo após 28 anos de carreira, é extremamente estimulante. É ter "várias vidas numa vida".

No entanto, esta carreira não é para todos. Pessoas que preferem rotinas e estabilidade podem não se adaptar. É fundamental conhecer-se a si próprio. Como muitas vezes falta esse autoconhecimento na juventude, reitero a importância de experimentar.

Encorajo os jovens a aproveitar o tempo da universidade — um período, aliás, curto — para ganhar experiência. Em vez de usar os meses de verão para lazer, procurem oportunidades como o European Solidarity Corps, trabalho voluntário em centros de apoio a refugiados ou imigrantes, ou outros programas que os coloquem fora da sua zona de conforto. Muitas destas iniciativas a nível europeu são gratuitas e totalmente financiadas pela União Europeia.

Em entrevistas para programas como o PEPAC, não se limitem a referir viagens de turismo. Valorizem experiências profissionais internacionais que demonstrem contacto com diferentes realidades. Qualquer oportunidade que permita ganhar experiência e contacto com o mundo real é valiosa. Há inúmeras possibilidades de estágios de verão; o essencial é procurar ativamente, experimentar e ser flexível. Não é preciso almejar apenas estágios em instituições de prestígio global. Existem oportunidades igualmente enriquecedoras em agências nacionais ou europeias em Portugal.

O programa Inov Contacto da AICEP, por exemplo, oferece nove meses de trabalho em empresas portuguesas no estrangeiro, com uma elevada taxa de empregabilidade. O meu conselho final é: "Mexam-se, não fiquem parados à espera que as coisas vos caiam no colo." Aproveitem o tempo na universidade para fazer Erasmus e envolverem-se em atividades extracurriculares. É crucial para o autoconhecimento e para descobrir as vossas verdadeiras aptidões e interesses.

Tarifas Norte-Americanas

Por Maria Neves

A atual administração norte-americana decretou, desde abril de 2025, um conjunto alargado de tarifas comerciais sobre quase a totalidade das importações. Esta decisão motivada pelo desejo de proteger a sua economia desencadeou uma vaga de retaliações internacionais.

O que são as tarifas?

Segundo a Comissão Europeia, as tarifas são “impostos sobre a importação ou a exportação de mercadorias entre países”. Estas tarifas são um mecanismo político e económico de regulação do comércio que tributa produtos estrangeiros, com o objetivo final de gerar receitas para o estado que as impõe. Este processo decorre da cobrança de receitas alfandegárias que encarecem os produtos estrangeiros e consequentemente fomentam a produção nacional.

A variação deste imposto é condicionada pelo produto transacionado, pela preponderância económica do setor em que este se insere e pela relação comercial estabelecida com o país de origem do produto.

A aplicação de tarifas pode potencialmente aumentar a inflação a médio e a curto prazo e, neste caso de análise, iniciou uma guerra comercial à medida que estas foram sendo retaliadas por outros países.

A política económica dos EUA

Apesar de tradicionalmente os EUA apresentarem tendências neoliberais, marcadas por promoverem a abertura de mercados, a redução de barreiras comerciais e alfandegárias, entre outros, este paradigma alterou-se profundamente com uma afirmação protecionista por parte da atual administração norte-americana com a sua política comercial.

Segundo o Presidente Donald Trump, no seu discurso na Casa Branca no dia 2 de abril de 2025: “If you don’t make your product in America, however, under the Trump Administration, you’ll pay a tariff, and in some cases, a rather large one. Other countries have used tariffs against us for decades, and now it’s our turn to start using them against those other countries.”

Este raciocínio defende que as políticas tarifárias terão um impacto direto na redução dos déficits comerciais, na promoção da produção interna e na capacidade de gerar receitas, levando Trump a proclamar: “In a few moments, I will sign a historic executive order instituting reciprocal tariffs on countries throughout the world.”



Discurso do Presidente Trump no "Dia da Liberdade", a 2 de Abril, anunciando as tarifas (foto: ABC News)

A *executive order 14257* é o mecanismo oficial que veio enquadrar o estabelecimento de um estado de emergência económico, que, por sua vez, só pode ser decretado segundo o *International Emergency Economic Powers Act (IEEPA)* que concede ao Presidente poderes amplos para regulamentar o comércio e as finanças em caso de emergência nacional (desde que originadas por ameaças externas). Posteriormente, este decreto foi questionado em tribunal por extrapolar as funções presidenciais face ao contexto anteriormente descrito.

Este estado de emergência permitiu que fossem decretadas as seguintes tarifas:

- 10% sobre todas as importações (a nível geral) que podem ir até aos 60% se se considerar que aquele produto pertence a um setor estratégico (como o Aço);
- A percentagem de tarifa a aplicar está diretamente relacionada com a relação comercial estabelecida com os outros países, sendo algumas destas:
- 34% sobre a China (que na realidade representa 54%, uma vez que acresce às tarifas de 20% anteriormente vigentes); 20% para a União Europeia, entre outros...

Este quadro tarifário tem vindo a alterar-se com o início das negociações diplomáticas e com o desenvolvimento da resposta internacional.

Impacto destas medidas sobre o Mercado Internacional

No impacto imediato da promulgação destas tarifas as consequências foram a queda das ações nas bolsas (devido à incerteza no investimento e na redução dos stocks por parte das empresas importadoras) e o início de uma guerra comercial global a partir das reações políticas e diplomáticas de retaliação dos países visados.

Perante este novo paradigma, o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, afirmou: "The global economy has shifted from a period of resilient growth and declining inflation to a more uncertain path."

Este caminho incerto é caracterizado por uma diminuição das trocas globais, pela reorganização das cadeias de produção e pela necessidade de diversificar os mercados.

União Europeia

A União Europeia condenou formalmente as tarifas apresentadas através de uma queixa na OMC contra os EUA, por considerar que estas são uma clara violação das regras comerciais internacionais.

Em maio de 2025, a Comissão Europeia declarou que prepararia retaliações imediatas que valeria 28 mil milhões de dólares, apesar de Von der Leyen continuar a afirmar que: "We will always remain open to negotiation." Esta abertura para a negociação é motivada pela crença de que "in a world fraught with geopolitical and economic uncertainties, it is not in our common interest to burden our economies with tariffs."

Atualmente, a situação negocial está em curso entre ambas as partes, durante este período a União Europeia suspendeu as tarifas. Os termos desta negociação serão formalizados no início do mês de agosto.

China

A relação comercial entre a China e os EUA, oscila desde 2018 (sob o primeiro mandato da presidência de Trump) períodos de maior tensão ou de desanuvioamento na iminência de uma "Guerra Comercial".

Assim, face às recentes tarifas a China apresentou retaliações imediatas, acompanhadas por estratégias várias:

- Controlo das exportações (nomeadamente sobre os minerais estratégicos essenciais para a produção tecnológica);
- Bloqueio à atividade das *Unreliable Entity List*, ou seja, empresas americanas suspeitas de prejudicar os interesses chineses;
- Queixa formal na OMC para denunciar a ilegalidade das tarifas americanas.

Em termos gerais, é possível depreender que a imposição de tarifas pela atual administração norte-americana tem reconfigurado profundamente o equilíbrio do comércio internacional, com o surgimento de um novo paradigma económico. Neste momento, ainda não se perspetiva como é que esta fase de transição geoeconómica irá evoluir.

Macron de vista ao Reino Unido: entre conversas sérias e jantares da realeza

Por Rodrigo Fialho

O Presidente francês, Emmanuel Macron, e sua mulher deslocaram-se ao Reino a convite de Suas Majestades britânicas, Carlos III e Camila. A pomposa visita de três dias (8-10) proporcionou acordos na área da Defesa e Imigração: os Estados pretendem coordenar os seus sistemas nucleares e regularizar os movimentos ilegais que permeiam Canal da Mancha.

Três dias de pompa e brilho

Emmanuel Macron e sua mulher, Brigitte Macron, aterraram na passada terça-feira (8) na base militar de RAF Northolt, nos arredores de Londres. Lá, foram recebidos pelo casal herdeiro ao trono, os príncipes William e Kate. A visita surgiu a propósito um convite do rei Carlos III e veio a mediatizar-se em torno dos assuntos da Defesa e Imigração. Tratou-se da primeira visita de um chefe de Estado de um país da União Europeia pós-Brexit (2020) e, no que respeita a presença de um líder franco em território britânico, é a primeira desde 2008. Os analistas interpretaram este facto como sinal do governo de Keir Starmer em restabelecer as relações com o bloco europeu.



Da esquerda para a direita: Camila, Carlos III, Emmanuel e Brigitte Macron (Fonte: Reuteurs)

No que respeita a presenças de um líder franco em território britânico, é a primeira desde 2008. Os analistas interpretaram este facto como sinal do governo de Keir Starmer em restabelecer as relações com o bloco europeu.



Banquete real em honra do chefe de Estado francês (Fonte: Reuters)

Entretanto, os Macron encontraram-se com Carlos III e Camila da Cornualha, seguindo em coche real para o Castelo de Windsor. A procissão foi ornada com bandeiras dos dois estados e acenos dos presentes. Em Windsor, os convidados puderam assistir a uma Guarda de Honra militar. De seguida, foram-lhes mostrados objetos artefactos museológicos da Coleção Real. Antes do banquete real, Emmanuel Macron teve tempo de endear algumas palavras ao parlamento britânico e de trocar impressões com o Primeiro-Ministro Keir Starmer. Os convidados terão, ainda, visitado a Abadia de Westminster e depositado coroas de flores em frente à estátua de Winston Churchill e do General de Gaulle.

No segundo dia, foi a vez da falecida rainha Isabel II receber uma coroa de flores. Depois, o Presidente francês participou numa conferência sobre biodiversidade. Entretanto, os casais Macron e Starmer dividiram a mesa do almoço, acabando por visitar o Museu Britânico. Então, declararam o empréstimo de obras de arte: França enviará a Tapeçaria de Bayeux ao Reino Unido; em troca, este ceder-lhe-á o Tesouro de Sutton Hoo. Seguiram-se conversas económicas, recompensadas com um jantar oferecido pelo mayor de Londres.

Nas respetivas redes sociais, os líderes políticos veicularam mensagens leves e positivas no que respeita a amizade entre os dois Estados; contrastando com os conteúdos que concernem à Imigração e Defesa, cuja retórica assumiu um tom pesado e afetado.

Defesa: a Ucrânia, o nuclear e os euros

Quanto ao conflito russo-ucraniano, os Estados reforçaram o seu compromisso em ajudar o aliado a repelir as forças soviéticas. Neste sentido, foram debatidos planos para a criação de uma força de segurança na Ucrânia após o cessar-fogo, ideia anteriormente repudiada pelos EUA. Macron assume uma postura desafiante para com Donald Trump, Presidente norte-americano, considerando-o como uma “forma acrescida de incerteza”. Já Starmer tem sido mais condescendente com o homólogo.



O *Élysée*, página oficial da Presidência da República Francesa, salienta o acordo de cooperação nuclear entre esta e o Reino Unido. “As nossas forças nucleares são independentes, mas podem ser coordenadas e contribuir significativamente para a segurança global da Aliança e para a paz e estabilidade da área euro-atlântica. (...) não imaginamos uma situação em que o interesse vital de um dos nossos dois países (...) possa ser ameaçado sem que os interesses vitais do outro também sejam ameaçados. A França e o Reino Unido decidiram, por conseguinte, aprofundar a sua cooperação e coordenação nucleares. Um Grupo de Gestão Nuclear Franco-Britânica será criado para garantir a coordenação política deste trabalho. (...) Reafirmam[os] o [nossa] pleno apoio ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e às obrigações que [nos] incumbem por força do Tratado.”

Macron discursando perante o Parlamento britânico. Falou sobre imigração ilegal e as guerras na Ucrânia e em Gaza (Fonte: Reuters)

No seguimento disto, Emmanuel Macron realizou uma série de declarações afetadas ao povo francês. “Para ser livres, neste mundo, precisamos de ser temidos. Para sermos temidos temos de ser poderosos.” “Todos precisamos de fazer sacrifícios. A Liberdade tem um preço [monetário].” Desta forma, anunciou que a

França irá gastar 6,5 mil milhões de euros extra na esfera militar, como resposta às ameaças soviética, terrorista, cibernética e de desinformação. Até 2027, almeja colocar o orçamento militar nos 64 mil milhões de euros: o dobro dos 32 mil milhões vigentes quando se tornou Presidente, em 2027.

Imigração: toma lá, dá cá

Quinta-feira (10) efetuaram-se conversações espinhosas sobre a situação dos imigrantes do Canal da Mancha. Anualmente, seja escondidos em camiões ou em pequenas embarcações, milhares de pessoas tentam chegar ao Reino Unido, vindas de França, através deste local. Para conter esta situação, os Estados realizaram acordos de eficiência limitada no passado. Em 2024, 37 000 pessoas foram detetadas a realizar a travessia via barcos. Só na primeira metade de 2025, 20 000 foram apanhadas a fazer o mesmo, o que antevê um aumento expressivo das ocorrências.



Macron e Starmer unidos na luta contra a imigração ilegal (Fonte: EPA, Andy Rain)

Desta forma, o Reino Unido exortou à França que reforçasse as patrulhas nas praias e águas profundas, bem como o aumento da cooperação no desmantelamento de redes de tráfico humano. O seu “esmagamento” é, inclusive, desígnio da administração Starmer.

A sua estratégia tem, também, uma componente a montante relevante, nos países de origem dos imigrantes, em África e no Médio Oriente. França

está a considerar alterar a sua legislação, que impede que agentes intervenham em barcos situados em zonas de águas profundas (excetuando emergências), para fazer a vontade aos britânicos.

Dos diálogos entre os países emergiu o seguinte acordo bilateral: por cada imigrante que entre no Reino Unido via Canal da Mancha que França aceite de volta, esta poderá endereçar às terras de Sua Majestade um outro imigrante, preferencialmente em regime de reagrupamento familiar. Segundo o Financial Times, este conluio já melindrou muitos Estados-membros: Itália, Espanha, Grécia, Malta e Chipre enviaram uma carta à Comissão Europeia, expressando os seus temores. Nomeadamente, receiam que esta medida de “regressados” possa provocar um aumento de imigrantes nos seus territórios.

E Portugal?

Não é evidente o impacto que esta visita possa ter para o nosso país. No entanto, a celeuma da Imigração continua a polarizar o hemiciclo e a sociedade portuguesa. Quanto à ameaça russa e o aumento dos gastos em Defesa, são temas que, pelo menos no que toca ao discurso mediático, têm passado ao lado da administração Montenegro.

Conflito Clarificado: Guerra Comercial Estados Unidos - China

Por Dario Vargas

Que conflito é este?

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China é um conflito económico entre os dois Estados iniciado em 2018 com a imposição de uma série de barreiras comerciais a importações chinesas por parte dos Estados Unidos, que foram seguidas por medidas retaliatórias pela China. Este conflito iniciou-se durante a primeira administração Trump e manteve-se durante as administrações subsequentes enquanto que o governo chinês, que permaneceu inalterado durante este período, foi liderado por Xi Jinping, Secretário-Geral do Partido Comunista da China.



Mapa mundial a realçar os Estados Unidos (azul) e a China (vermelho, com a exceção de Taiwan, cuja soberania é disputada) (Fonte: Wikimedia Commons)

Como é que surgiu?

Este conflito comercial surge num contexto de elevada integração entre os mercados americanos e chineses. A normalização das relações comerciais entre os Estados Unidos e a China em 2000, que se iniciou após a morte de Mao Tsé-Tung, fundador e primeiro líder do atual regime chinês, e da adoção do “socialismo com características chinesas” (doutrina que projetava uma economia de mercado dentro de uma estrutura política socialista) por parte de Deng Xiaoping, bem como a adesão, em 2001, do Estado asiático à Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, aumentaram os laços comerciais entre os dois países num ritmo exponencial, pelo que se tornaram mutuamente dos seus maiores mercados estrangeiros nessa mesma década.

Contudo, neste processo de dependência económica, a globalização do mercado internacional levou a perdas na indústria manufatureira americana, pelo que uma parte substancial da base industrial americana deslocou-se para a China, procurando reduzir os seus custos de produção. A esta perda industrial acrescentou-se o descontentamento americano por parte de certas práticas comerciais chinesas, em particular restrições sobre a exportação de certas matérias primas, pelo que os Estados Unidos procuraram a intervenção da OMC, acusando a China de violar as normas comerciais internacionais de modo a forçar a deslocação de empresas multinacionais para solo chinês, alegações que o governo do Estado asiático repudiou, afirmando que a sua política económica se enquadrava dentro dos parâmetros aceites pela OMC para países em desenvolvimento.

As tensões económicas entre os Estados Unidos e a China tornar-se-iam num dos pontos principais da plataforma do então candidato presidencial Donald Trump, defensor de medidas protecionistas desde a década de 1980, que acusou a China de roubar a propriedade intelectual americana e manifestou a sua oposição à balança comercial favorável à China, defendendo a imposição de tarifas sobre o país como forma de reduzir o défice comercial americano e de promover a sua indústria doméstica. Trump viria a vencer as eleições presidenciais de 2016, formando assim um novo governo.

Em 2017, os Estados Unidos procuraram alcançar um acordo para resolver as suas disputas comerciais, pelo que um acordo preliminar foi alcançado entre os dois países. No entanto, esses esforços estagnaram na ausência de um consenso alargado após a China resistir à pressão americana por maiores concessões e na ausência de um acordo em questões de maior controvérsia. Após o falhanço das negociações, o governo americano impôs tarifas significativas sobre a China, acusando-a de roubo de propriedade intelectual, acusações que o governo chinês rejeitou, pelo que este retaliou com as suas próprias barreiras aduaneiras, afirmado que o governo americano procurava utilizar táticas comerciais agressivas de modo a restringir o desenvolvimento tecnológico chinês. As barreiras comerciais de ambos os países seriam posteriormente expandidas, com ambos os Estados a trocarem acusações do outro violar as normas comerciais internacionais com táticas manipulativas.

Em 2020, os Estados Unidos e a China, pressionados pelos mercados financeiros e pelos setores afetados pela guerra comercial, negociaram um acordo que procurou amenizar as tensões entre ambos países. Em particular, este acordo previa a redução das tarifas americanas em retorno da China importar mais produtos americanos e reforçar as leis de propriedade intelectual. Contudo, o caráter destas negociações manteve-se limitado, pelo que os países não chegaram a um consenso relativamente a certas práticas comerciais chinesas mais controversas nem à eliminação da maior parte das tarifas americanas. Mais tarde,

devido às disruptões económicas provocadas pela pandemia de COVID-19, as medidas previstas por este acordo não viriam a ser cumpridas em pleno, levando os Estados a manter as suas barreiras aduaneiras. Neste ano, também se presenciou a OMC julgar que a onda inicial de tarifas americanas contra a China violaram as normas comerciais internacionais, alinhando-se às acusações chinesas que o governo americano agiu unilateralmente.

A administração de Joe Biden, que sucedeu Donald Trump como presidente em 2021, manteve as tarifas da administração anterior, apesar de esforços por parte do governo chinês de persuadir a eliminá-los. Num contexto de tensões geopolíticas entre os Estados Unidos e a China, a administração americana continuou a pressionar a China sobre as suas práticas comerciais, procurando, no entanto, coordenar estes esforços com os seus parceiros internacionais. Os EUA procuraram ainda ligar as negociações comerciais com preocupações americanas relativamente aos direitos humanos na China, em particular no contexto de acusações do país asiático cometer genocídio contra o povo Uigur, uma minoria de etnia turca e muçulmana originária da região de Xinjiang, no noroeste da China, denúncias que a China rejeitou, acusando os Estados Unidos de utilizar os direitos humanos como uma arma para alcançar os seus objetivos geopolíticos.



Encontro entre Joe Biden e Xi Jinping em São Francisco em 2023 (fonte: Independent)

Neste período, os Estados Unidos procuraram, no contexto de uma rivalidade estratégica com a China, garantir a resiliência das suas redes de abastecimento em setores considerados estratégicos, particularmente em setores tecnológicos. Neste sentido, o governo americano procurou reduzir a sua dependência do mercado chinês, procurando mercados alternativos para o abastecer, e impôs uma série de novas restrições à exportação de equipamento de alta tecnologia para a China ao mesmo tempo que investira na produção interna desses produtos, procurando garantir que a sua manufatura se mantinha dentro do mercado doméstico americano. Face a estas medidas, a China impôs as suas próprias restrições na exportação de matérias-primas ligadas aos setores de defesa e de energia renovável, ambos de elevada importância para o governo americano, lançando também novos processos contra os Estados Unidos na OMC.

Em 2025, após a transição para a segunda administração Trump, os Estados Unidos iniciaram uma onda de tarifas contra importações estrangeiras, atingindo a China com tarifas de 145%, a maior taxa aduaneira adotada pelo país, acusando-a de não

agir contra o tráfico de fentanil, uma droga altamente consumida nos Estados Unidos e produzida em quantidades significativas em solo chinês, acusações que o governo chinês rejeitou. Em contrapartida, a China aumentou as suas tarifas a produtos americanos para 125% e iniciou uma nova ação contra os Estados Unidos na OMC. Contudo, após reações fortes nos mercados financeiros, negociações entre os dois países reduziram as tarifas para 55% para produtos chineses e 10% para produtos americanos, não prevendo, no entanto, a eliminação de outras restrições implementadas pelos países.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal dispõe de boas relações diplomáticas quer com a China, que partilha laços positivos que se mostraram fundamentais nas negociações relativamente à transferência da soberania de Macau, uma colónia portuguesa em solo chinês desde 1535, em 1999, quer com os Estados Unidos, sendo ambos Estados-Membros da NATO com relações formais desde 1791.

Para Portugal, a sua crescente dependência comercial com os dois países, que são dos maiores mercados não-europeus a interagir com o mercado português, apresenta-se como uma vulnerabilidade económica face à guerra comercial existente, pelo que a economia portuguesa poderá sofrer com o aumento dos preços de produtos americanos e chineses que surgem como consequência a este conflito. Adicionalmente, as restrições comerciais que estes dois mercados impõem um sobre o outro forçam os produtos provenientes destes países a procurarem novos mercados, levando a um aumento da competição que produtos portugueses experienciam. Apesar disso, o peso destes mercados não europeus na economia portuguesa é limitada em comparação com a importância do espaço europeu, pelo que a elevada integração de Portugal na economia europeia atenua os efeitos nocivos da guerra comercial.

www.portugaldiplomatico.com